

10º Encontro da ABCP

30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Belo Horizonte/MG

Área Temática: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e
Relações Internacionais

**Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e
metodológicos para uma proposta de classificação**

Bianca de Freitas Linhares (UFPel)

Daniel de Mendonça (UFPel)

Resumo: Percebe-se que os estudos sobre ideologias dos partidos políticos na Ciência Política brasileira têm apresentado uma subteorização. A própria noção de ideologia tem sido tratada desta forma, como se ela apresentasse um sentido auto evidente. Levando isso em consideração, partimos de teorias do discurso e da ideologia para apresentar, como objetivo central deste trabalho, uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Para tanto, nossa metodologia é organizada em dois momentos principais: i) a caracterização esquerda-direita a partir dos pronunciamentos parlamentares em três grandes áreas, a saber, Economia, Estado e Social; ii) o confronto desses sentidos ideológicos atribuídos pelos deputados de acordo com suas ações específicas.

Palavras-chave: Ideologia; Partidos Políticos; Metodologia de Classificação.

Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, a partir do comportamento dos sujeitos que atuam no campo político discursivo da representação política. Trata-se de uma proposta qualitativa que buscará aferir o padrão médio da ação partidária a partir de dois níveis. O primeiro nível refere-se ao posicionamento retórico ideológico dos deputados tendo por base seus pronunciamentos em distintas sessões na Câmara dos Deputados (Grande Expediente, Pequeno Expediente, Comissões etc.). O segundo nível diz respeito à análise do conteúdo ideológico presente em políticas específicas, tais como projetos de lei, medidas provisórias do Executivo, políticas públicas, entre outras.

Para a consecução do nosso objetivo central, este trabalho está dividido em duas partes. Primeiramente, apresentaremos os elementos teóricos que norteiam esta pesquisa. Neste sentido, discutiremos as noções de discurso e de ideologia a partir do pós-estruturalismo, marco teórico que fundamenta os elementos metodológicos aqui propostos. A seguir, apresentaremos, da forma mais minuciosa possível, nossa metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos.

2 Elementos teóricos: noções de discurso e de ideologia

Entendemos fundamental uma seção teórica sobre discurso e ideologia neste texto. Primeiramente, porque estamos introduzindo ao debate acerca da ideologia dos partidos políticos a matriz teórica pós-estruturalista, ainda pouco conhecida e menos ainda explorada por aqueles que têm se debruçado sobre a temática partidária no Brasil. Podemos dizer que sem os pressupostos e os *insights* do pós-estruturalismo seria inviável a construção do mecanismo de análise que estamos aqui propondo. Além disso, apresentar o marco teórico de onde estamos partindo possibilitará ao leitor ter uma noção mais clara das diferenças de nossa abordagem quando comparada com outras metodologias de classificação ideológico partidária que, em nossa opinião, não deram a devida atenção ao debate sobre teoria da ideologia.

Dessa forma, ideologia é um termo que, em distintas análises, tem um sentido auto evidente (e.g. Amaral, 2010; Mettenheim, 2003; Paiva, 2008), ou seja, parece ser desnecessário caracterizá-la teoricamente a despeito de toda uma tradição de estudos teóricos nessa área. Em geral, a ideologia é uma noção *taken for granted*, entendida simplesmente como um *sistema de ideias, de crenças, de projeções ou de ideais* não conectado com as práticas dos sujeitos políticos. Nesse sentido, a partir dessa visão comum

de ideologia, seria absolutamente legítimo fazer a distinção entre o conteúdo ideológico que um político profissional enuncia da tribuna de um parlamento de sua prática política, a qual poderia ser classificada como ideológica ou como não ideológica. Por essa ideia de ideologia, tal termo designaria, portanto, um horizonte desejável, um plano para o futuro, uma normatividade (evidentemente sempre no plano das ideias), que poderia ser posta “em suspenso” se a “realidade” obrigasse o político a tomar uma decisão “urgente”, em nome da “governabilidade”, pois a realidade seria em si “extra ideológica”. Por exemplo, um político filiado a um partido identificado com o campo socialista poderia, por vezes, abrir mão de sua ideologia para, no âmbito parlamentar, votar matérias contrárias à sua visão de mundo em nome da governabilidade. Seria possível ainda a esse deputado socialista defender a concessão de aeroportos ou de estradas federais à iniciativa privada (medida que, no contexto ideológico brasileiro, como veremos, é considerada de direita) e, mesmo assim, continuar sendo esse parlamentar associado à esquerda, visto que a defesa dessa concessão em particular seria significada como “necessária” e “extra ideológica”.

Como veremos a seguir, entender a ideologia simplesmente como um conjunto de ideias que podem ou não estar conectadas com a ação dos sujeitos não nos parece ser a forma mais apropriada de considerar este fenômeno tão complexo, além de ser um sintoma da sua subteorização no âmbito dos trabalhos que têm visado classificar ideologicamente os partidos políticos no Brasil. Segundo a metodologia que propomos neste texto, fundamentalmente baseada nos estudos mais contemporâneos sobre teoria da ideologia (Žižek, 1992, 1996; Laclau, 1990, 2014) não é possível fazer a distinção entre a ideologia e a prática do sujeito, pois ambas estão sempre interligadas. Assim, o hipotético deputado socialista que acabamos de fazer referência é menos socialista do que ele próprio supõe, se entendermos, como o campo político discursivo brasileiro entende, as concessões de bens públicos à iniciativa privada como medidas econômicas vinculadas às políticas neoliberais (de direita). Isso se deve ao fato de que, como veremos ainda nesta seção, as noções de discurso e de ideologia que adotamos não fazem qualquer distinção entre ideal e prática ou entre discurso e prática. Neste sentido, adotaremos ambas as noções desde a perspectiva da teoria do discurso de Ernesto Laclau (Laclau e Mouffe, 1985; Laclau, 1990; Laclau, 2005; Laclau, 2014). Começamos, como já fizemos acima menção, pela apresentação de alguns pressupostos teóricos de matriz pós-estruturalista, que são indispensáveis para mais bem caracterizarmos as noções de discurso e de ideologia que fundamentam a metodologia aqui proposta.

Partamos do princípio de que todos os objetos e ações são dotados de sentido, são significados. O ato de significação, no entanto, não pode ser considerado como sendo propriamente individual, ou seja, esse não é fruto da “consciência esclarecida” ou da racionalidade dos indivíduos num sentido cartesiano. Um ato de significação é *estrutural*, depende de um contexto relacional e negativo, ou seja, um sentido somente pode existir

relacionando-se e diferenciando-se de outros (Saussure, 2006). Do ponto que estamos partindo, os indivíduos são sujeitos, visto que aceitam e reproduzem as regras de estruturas que preexistem a eles. Tais estruturas são, no contexto de nossa discussão, discursos.

Outra distinção importante para a noção de discurso que aqui introduzimos é a que se refere às noções de “existência” e de “ser da existência”. Para Laclau (1990), a existência pressupõe a dimensão realista, a qual nos demonstra que as coisas “estão aí” independentemente da nossa vontade. No entanto, tal indubitável materialidade nunca é desprovida de um contexto estrutural e significativo que lhe dá suporte. Dessa forma, um objeto nunca é somente um objeto, mas um objeto imerso em uma estrutura de sentidos. Isto quer dizer que a simples existência não é capaz de exaurir o sentido; esse depende de um sistema de significações de que é parte. Um objeto esférico não é somente um objeto esférico, mas uma bola de futebol, que é parte de uma ampla estrutura de significação (bola, jogadores, clubes, torcida etc.). Assim, tudo que conhecemos possui sentido que está articulado com outros sentidos em uma estrutura discursiva, uma estrutura de fixação de sentidos geradora de estabilidade cognitiva.

Além dos pressupostos acima, é igualmente importante destacar que todo processo de significação é marcado pela contingência e pela precariedade. Isso quer dizer que a forma como significamos o que significamos depende inexoravelmente de uma estrutura de sentidos que carrega a sua própria historicidade definida de forma contingente, ou seja, dependente de uma constelação de fatores que foram decididos no lugar de outros que poderiam ter sido possíveis. Além disso, toda produção de sentidos é sempre precária, marcada por sua própria finitude essencial. Portanto, para que uma significação seja possível, é preciso haver uma estrutura cuja existência é o resultado de um processo que, ainda que não fortuito, não pode ser definido *a priori*, pois depende da contingência em que este está inserido, além de sua existência ser necessariamente precária.

Um exemplo ajudará a mais bem compreender as categorias de contingência e de precariedade à produção de sentidos. Se perguntados acerca do significado do termo democracia, precisamos primeiramente saber em que contexto (contingência) que o nosso interlocutor está se referindo, tendo em vista a democracia ter sido diversas vezes “(re)inventada” em tempos e lugares distintos desde o seu clássico registro constitutivo na Atenas clássica. O simples fato de mencionarmos que a democracia foi diversas vezes criada já indica a própria precariedade dos sentidos que este termo já portou e ainda porta. Dizer que democracia, nos dias atuais, significa algo como a visão da poliarquia de Robert Dahl (1997) é tão somente tomar mais um desses sentidos marcados pelas precariedade e contingência de sua aparição. No entanto, como dissemos acima, isso não significa que os sentidos são fluidos, impossíveis de serem fixados, pelo contrário. A poliarquia é hoje o

sentido hegemônico da democracia no ocidente e não vemos um sentido antagônico suficientemente capaz de ameaçá-la, tal como foi o socialismo real até 1989.

O exemplo acima nos possibilita apresentar mais duas categorias chave à compreensão da noção de discurso que será logo discutida em detalhe. Tratam-se das noções de sedimentação e de reativação. Para tratarmos de ambas as categorias, precisamos antes compreender o contexto teórico que as dá suporte, considerando este trabalho. Acima falamos das categorias de contingência e de precariedade, as quais denotam, por um lado, a impermanência dos sentidos, ou seja, os mesmos são em si precários e, por outro lado, um sentido que socialmente se torna “verdadeiro” o é sempre em um contexto específico, nunca podendo ser generalizado nem no tempo tampouco no espaço. Portanto, as verdades são precárias e contextualmente fundadas e, por essa razão, torna-se fundamental introduzirmos, ainda que brevemente, as categorias de sedimentação e de reativação.

Sedimentação e reativação são noções oriundas da filosofia de Edmund Husserl. No entanto, no contexto de nossa discussão, utilizaremos ambas as categorias a partir da releitura realizada por Ernesto Laclau (1990; 2014). Assim, segundo Laclau (2014, p. 3), para Husserl, “ideias sedimentadas são aquelas formas cristalizadas que romperam seus vínculos com a intuição original a partir da qual elas surgiram, enquanto que reativação é a revelação deste vínculo perdido (...)”. Laclau não faz qualquer oposição à noção husserliana de sedimentação; sua releitura direciona-se à de reativação: “[P]ara Husserl, o processo de reativação conduz a um sujeito transcendental que é fonte absoluta de sentido; para mim, ele leva a uma instância de contingência radical, na qual muitas outras decisões poderiam ter sido tomadas” (2014, p. 4). Assim, o momento da reativação marca a contingência da produção de toda verdade, da tomada de qualquer decisão, do caráter não natural na forma como as configurações estruturais estão arranjadas em dada circunstância.

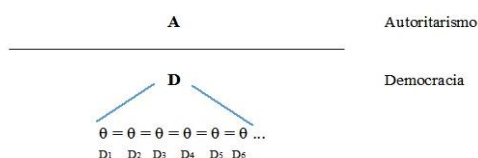
Os elementos acima introduzidos (contingência, precariedade, sedimentação e reativação) são fundamentais para compreendermos que todo sentido ou verdade são resultados de contingências, de historicidades. É a partir deste pressuposto que devemos, amparados pela perspectiva da teoria do discurso de Ernesto Laclau, entender como um discurso se constitui.

Primeiramente, tendo em vista o acima exposto, discurso não pode ser entendido como o resultado de um conjunto de enunciados, de textos ou de falas, numa dimensão meramente linguística. Evidentemente que a dimensão linguística é central a qualquer discurso, mas este último não se esgota simplesmente aí. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal (Laclau e Mouffe, 1985). Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas e que contêm em si as dimensões de existência e de ser da existência como acima mencionamos. O social, portanto, é sempre

significativo, simbólico, sobredeterminado.

Tendo em vista a materialidade e a estruturalidade inerentes a todo discurso, para Laclau e Mouffe (1985), um discurso é o resultado de uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais. Articulação, por sua vez, é uma prática que se estabelece entre elementos os quais, num primeiro momento, não estão articulados entre si. Podemos dizer, portanto, que no momento anterior ao da articulação, esses elementos estão imersos numa lógica complexa, ou seja, estão dispersos, uns em relação aos outros, de forma aleatória, no campo da discursividade. A prática articulatória une esses elementos transformando-os em momentos. Assim, um elemento, quando ingressa na articulação e em relação a essa, deixa seu *status* de elemento e assume a condição de momento diferencial. A articulação entre esses momentos diferenciais resulta necessariamente na modificação de suas identidades, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso¹.

O que esta passagem sugere, além do que já fizemos referência acima, é que toda estrutura discursiva é o resultado da articulação de diferenças, que anteriormente não tinham relação entre si, se consideradas em um discurso específico. Eram elementos que se tornaram momentos em uma mesma totalidade estruturada. Tomemos novamente os sentidos que podemos caracterizar como próprios da democracia representativa liberal no Ocidente. Para que possamos classificar um Estado dessa forma, pressupomos os seguintes significantes: eleições frequentes e justas, liberdade de expressão, liberdade de associação, imprensa livre, império da lei etc. De acordo com a teoria do discurso, tais significantes não são da “essência” da democracia, mas o resultado de uma configuração política, precária e contingente, que chamamos hoje de democracia representativa liberal. Isso nos leva a supor que todo processo articulatório depende de uma série de decisões – inclusões e exclusões – que determinam o sentido de um discurso em um momento particular. Vejamos a representação gráfica abaixo:



“D” representa a articulação discursiva “Democracia” que se constitui antagonicamente

¹ Nas palavras de Laclau e Mouffe (1985, p. 105, grifos no original): "No contexto dessa discussão, chamaremos articulação toda prática que estabelece uma relação entre elementos de forma que suas identidades são modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas aparecem articuladas em um discurso, chamaremos *momentos*. Ao contrário, chamaremos *elemento* qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada".

em relação a “A”, o discurso do “Autoritarismo”. Os significantes “D1 ... D6 ...” fazem parte da articulação e são, respectivamente, eleições frequentes, eleições justas, liberdade de expressão, liberdade de associação, imprensa livre, império da lei etc. Em relação a esses momentos articulados, “Democracia” é o ponto nodal, ou seja, um ponto discursivo privilegiado que indica o resultado da articulação. Vejamos ainda que o discurso “D” está separado por uma linha contínua que marca o antagonismo com o discurso “A”, regime político inimigo. Isto quer dizer que o discurso democrático como, de resto, todos os discursos políticos, estabelece-se sempre negativamente em relação ao polo antagônico.

Após esta breve caracterização da noção de discurso na teoria laclauiana, nosso último passo antes de iniciarmos a apresentação, na seção seguinte, de nossa metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros no contexto específico do campo da representação política (Legislativa e Executiva), reside na especificação teórica sobre a própria noção de ideologia que estamos aqui empregando. Para tanto, lançaremos mão das formulações de Althusser (1985), Laclau (1990, 2002) e Slavoj Žižek (1992, 1996).

Partiremos da noção de Althusser (1985) que a ideologia é eterna, tendo em vista ser um elemento existente em toda estrutura discursiva. Dessa forma, não há discurso sem ideologia, sendo que essa exerce uma função específica nesse, como veremos logo a seguir. Somos, portanto, seres essencialmente ideológicos e tal constatação sugere dois fatos: i) o primeiro que, em termos gerais (nível ontológico), sempre haverá ideologia e; ii) o segundo, em termos concretos (nível ôntico), as ideologias nascem, sofrem variações e desaparecem. Assim, se todo discurso, na concepção de Laclau, é marcado pela precariedade e pela contingência, a ideologia assume o papel de lhe dotar um sentido de permanência, como veremos a seguir. Nas palavras do autor (1990, p. 106):

O ideológico consistiria naquelas formas discursivas através das quais a sociedade trata de instituir-se sobre a base do fechamento, da fixação de sentido, do não reconhecimento do jogo infinito das diferenças. **O ideológico seria a vontade de “totalidade” de todo discurso totalizante.** É na medida em que o social é impossível sem certa fixação de sentido, sem o discurso do fechamento, o ideológico deve ser visto como constitutivo do social. O social só existe como o intento vão de instituir esse objeto impossível: a sociedade. A utopia é a essência de toda comunicação e de toda a prática social (grifo nosso).

O excerto acima é exemplar para compreendermos o papel que a ideologia assume no contexto de uma estrutura discursiva. Novamente considerando que todo discurso concreto é sempre precário e contingente, a ideologia exerce a função que produzir um efeito de verdade, de fechamento de sentidos ou como afirma Laclau: “o ideológico seria a vontade de ‘totalidade’ de todo discurso totalizante”. No exemplo acima sobre os momentos que constituem o discurso democrático, podemos verificar o efeito da ideologia quando sujeitos defensores dessa estrutura específica chamada democracia liberal representativa afirmam ser esta a

única ou a *mais justa* forma de conceber este regime político ou a ideia mesma de democracia nas sociedades ocidentais nos dias de hoje. No entanto, esta ideologia democrática não passa de uma forma contingente de se pensar este regime que foi inventado e reinventado diversas vezes na história ocidental.

Outro elemento central na concepção laclauiana de ideologia consiste no fato de que esta deve ser entendida a partir da ideia de falsa representação. No entanto, pensar ideologia dessa forma não significa entendê-la da mesma forma que o marxismo. Segundo a concepção marxista clássica (Marx e Engels, s/d), ideologia é justamente o oposto da verdade, uma inversão e um encobrimento das relações sociais “concretas”. Tal concepção pressupõe a existência de uma verdade positiva, no sentido de que, se fizéssemos o exercício de retirada de todos os véus ideológicos, fatalmente alcançaríamos a verdade em seu sentido absoluto. Para Laclau (1990), ainda que seja mantida, em sua noção de ideologia, a ideia de falsa representação, isso não significa a manutenção do pressuposto do acesso à verdade. Para este autor, não há nada inverídico para se tornar verídico, pois o que deve ser abandonado é justamente a concepção de que há uma verdade absoluta a ser alcançada que é contrária às inúmeras falsidades que a escondem. Essa renúncia do par verdade/inverdade é, no entanto, uma renúncia somente no plano teórico (e, sobretudo, ontológico), ou seja, temos de admiti-la por que partimos do pressuposto de que não existem sentidos que possam, como vimos acima, ser eternamente sedimentados. Já no plano da disputa política (ôntico), ao contrário, os sujeitos percebem e agem desde suas visões ideológicas (distorcidas) como se fossem verdades permanentes. É, nesse sentido, que a falsa consciência não deve ser abandonada, uma vez que a distorção do mundo é constitutiva da objetividade social (Laclau, 1990; Žižek, 2005).

Temos agora todas as condições de estabelecer a relação entre discurso e ideologia. Vimos acima que discurso é o resultado de uma prática articulatória de sentidos a partir de um ponto nodal. Vimos também que esta articulação é contingente, dependente, portanto, de uma historicidade e igualmente precária, ou seja, não há discurso sedimentado que não possa sofrer um processo de reativação. O que significa dizer que toda verdade discursiva é sempre provisória, ainda que não a percebamos como tal. A ideologia exerce uma função muito específica em todo discurso, que é, como vimos, a de negar a sua precariedade, não reconhecer o “jogo infinito das diferenças”. A ideologia funciona como um cimento que “fecha” os sentidos da estrutura discursiva, que possibilita com que os indivíduos creiam que aquilo que os interpelou como sujeitos seja uma verdade (mesmo que, teoricamente, saibamos que se trata de uma falsa representação). Desta forma, a ideologia resulta numa operação de fechamento de sentidos, produzindo uma verdade ao sujeito por ela interpelado. Por exemplo: o católico não vai simplesmente à igreja; ele o faz, em oposição a todas as demais religiões; é católico, pois ele está absolutamente convencido de uma verdade absoluta que garante que

o único e verdadeiro deus, a despeito de todas as demais religiões existentes, é o deus católico.

O último elemento que chamaremos a atenção referente à ação da ideologia sobre os sujeitos, que não raramente passa despercebido aos olhos dos analistas, refere-se ao comportamento típico do sujeito quando ele acredita estar “fora” ou “além” da ideologia. Tal condição “além” da ideologia supõe - erroneamente, como vimos - a separação entre a “ideologia” e a “realidade extra ideológica”. Aqui a questão central não está no sentido em si de ideologia – se ela é percebida como um horizonte político desejável, tal como uma sociedade sem classes, ou se ideologia é tida como o avesso da verdade no sentido de falsa consciência – mas no erro de tomá-la como se ela não comportasse uma dimensão material, ou seja, constitutiva das práticas dos sujeitos.

Dessa forma, como vimos acima no exemplo do hipotético deputado socialista – que defendeu concessões de bens públicos como uma medida “extra ideológica”–, ele pôs “de lado” a “sua ideologia”, entendendo-a como um horizonte a ser alcançado somente no futuro e que, neste momento, “em nome de algo maior” como, por exemplo, a “governabilidade” ou o “consenso nacional”, ele deveria agir de uma forma “extra ideológica”.

Como esperamos ter deixado suficientemente claro, não há como tomarmos qualquer ação “fora” da ideologia, pois todas as ações são discursivamente significadas e ideologicamente cimentadas. Isto quer dizer que o nosso hipotético deputado assume em seu ato uma verdade ideológica que é a da “manutenção do sistema hegemônico”. Neste caso, a “manutenção do sistema” hegemônico é um elemento ideológico central no contexto de democracias representativas, que, como veremos na seção seguinte, é o que comumente chamamos de posição política de centro. Vejamos abaixo alguns exemplos de pronunciamentos parlamentares que denotam a “manutenção do sistema” hegemônico como ideologia. Começaremos pela manifestação do deputado Rubinelli (PT/SP):

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, depois da importante votação da PEC n° 53, realizada há pouco neste plenário, não poderia deixar de dizer que hoje foi um momento muito especial e, ousado afirmar, histórico. Embora saibamos que existem divergências ideológicas e de cunho político, a maioria dos partidos votou favoravelmente à PEC n° 53, ciente da sua importância para o Brasil. **Hoje, nenhum Deputado valeu-se da cor partidária ou da ideologia. O que falou mais alto foi o desenvolvimento do Brasil** (grifo nosso).

O próximo trecho destacado é do deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR):

Acabamos discutindo questões relativas à política de Governo e nos esquecemos do aspecto ideológico da PETROBRAS. **Na minha opinião, o debate não deve se submeter necessariamente à ideologia.** Estamos falando de uma atividade de interesse e impacto público, exercida por empresas públicas, estatais e privadas, **que têm em comum o interesse público do País** (grifo nosso).

Tomamos somente os dois trechos acima para exemplificar a lógica mais sedimentada do funcionamento da ideologia que infere a ideia de que se pode agir “fora” da ideologia supostamente defendendo a posição centrista que estamos aqui chamando de “manutenção do sistema” hegemônico. O que ambos os trechos têm em comum são os desejos de seus enunciadores de que a ideologia seja posta em suspenso em nome, respectivamente, do “desenvolvimento do Brasil” e do “interesse público do País”. O que igualmente podemos denotar é que não somente os deputados afirmam que se deve agir “fora” da ideologia como que, se agissem ideologicamente, os efeitos seriam negativos para o país. Como temos insistido, *não podemos viver fora da ideologia*, visto que essa não representa simplesmente uma dimensão abstrata, imaterial ou ideal, mas justamente o contrário: não há como vivermos sem ideologia, pois ela estrutura todas as ações dos sujeitos. Nesse sentido, Slavoj Žižek afirma:

Esta é provavelmente a dimensão fundamental da “ideologia”: a ideologia não é simplesmente uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade, pois que a realidade já deve ser concebida como “ideológica”[...]. “Ideológica” não é a “falsa consciência” de um ser (social), mas este ser, na medida em que ele está amparado pela “falsa consciência” (2005, p.46-47; ênfases do original).

Portanto, não há, do ponto de vista ideológico, qualquer distinção entre o exemplo de Althusser sobre o católico que vai à igreja e materializa liturgicamente sua crença no deus cristão e os deputados acima citados que acreditam agir “fora” da ideologia pelo “desenvolvimento do Brasil” ou pelo “interesse público do País”. Tanto o católico como os políticos agem pensando justamente estarem professando a verdade e não uma ideologia. Crer no deus católico é crer no deus verdadeiro (o que pressupõe que todos os demais deuses são falsos e ideológicos), da mesma forma que agir pelo bem do país (libertando-se das amarras ideológicas) é uma verdade necessária além de todo e qualquer conteúdo ideológico. Nesse sentido, todos pensam que estão agindo fora da ideologia em direção de uma verdade transparente quando, na verdade, são estruturados por suas crenças ideológicas. Na seção seguinte, veremos a operacionalização dos elementos teóricos até então trabalhados na construção da metodologia de classificação partidária que estamos propondo.

3 Considerações iniciais sobre a metodologia proposta e duas hipóteses

Como já enunciado, este artigo visa construir uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Tal classificação, bem entendida, deve ser considerada a partir (e tão somente) do comportamento dos partidos nos poderes Legislativo e Executivo, ou seja, no campo discursivo da representação política. Esse campo discursivo é composto por todas as siglas partidárias e sujeitos políticos que estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo. Defendemos que os sentidos discursivos e ideológicos que

circulam nesse campo são, em geral, partilhados pelos representantes políticos, ou seja, assumem uma condição hegemônica, ainda que não queira dizer que todos os sujeitos compartilham os sentidos ideológicos da mesma forma. Dito de outra maneira, se, por exemplo, não há problema em classificar, considerando os sujeitos envolvidos, de esquerda uma política de mais intervenção do Estado na economia e o seu contrário como de direita, não é tão simples dizer que é uma política de esquerda o incentivo às empresas do setor produtivo e de direita o incentivo ao setor especulativo, pois parte (mais radical) da esquerda defende que toda e qualquer concessão aos capitalistas seria uma política direitista, da mesma forma que a direita reivindica que é também parte de sua plataforma econômica o apoio ao setor produtivo. Portanto, ainda que não possamos atribuir muitas vezes de forma exata os sentidos ideológicos expressos, mesmo assim, nossa classificação visa apresentar um alto grau de coerência no campo político discursivo. Isso quer dizer que as percepções do que seriam medidas de “esquerda”, de “centro” e de “direita” são, em geral, reconhecidas como tais pelos sujeitos envolvidos.

É igualmente importante ressaltar que não se trata de uma "falha na classificação" a inexactidão de alguns sentidos ideológicos, tal como o exemplo do parágrafo anterior. Vivemos num momento em que posições atribuídas à direita ou à esquerda muitas vezes não podem simplesmente serem tomadas como absolutas. Por exemplo: não podemos atribuir como uma posição exclusivamente de direita a defesa do capitalismo, visto que parte da própria esquerda - chamada mais adiante por nós de esquerda liberal, como veremos a seguir -, tacitamente o reconhece como sistema econômico predominante em nosso tempo, não tomando qualquer medida discursiva para combatê-lo. O que não significa que direita e esquerda percebam o capitalismo da mesma maneira: a segunda claramente apresenta mais restrições ao sistema e visa prever medidas compensatórias aos setores mais vulneráveis da população. Assim, não é raro encontrarmos significantes ideológicos flutuantes (Laclau, 2005), ou seja, aqueles que são disputados por sujeitos à esquerda ou à direita do espectro político (capitalismo ou economia de mercado seria um desses significantes em disputa).

Outro elemento que deve ser desde já enfatizado diz respeito ao próprio uso dos termos "direita" e "esquerda" como ainda capazes de descrever posições ideológicas. Nesse particular, não seria incomum recebermos críticas no sentido que, em uma sociedade com tantas imprecisões ideológicas, tais termos guardariam em si insuficiente valor heurístico. No entanto, não é assim que os temos percebido e tal percepção se deve justamente à análise *stricto sensu* do campo político discursivo. Esquerda e direita são categorias que estabelecem fronteiras - é verdade, nem sempre claras -, entre os sujeitos; ainda assim, eles se dividem politicamente a partir delas. A dificuldade de nosso tempo, entendemos, não reside na ausência do fenômeno ideológico, mas, antes, no embaralhamento de percepções ideológicas por parte dos sujeitos. Além disso, esquerda e direita não refletem simplesmente posições

normativas abstratas, tais como a defesa de uma sociedade socialista num futuro ainda desconhecido por exemplo; são categorias que têm sentido atual, ou seja, podem ser alocadas para a compreensão de políticas específicas, como apresentaremos nesta metodologia.

Se, como temos argumentado, não podemos falar de forma essencialista sobre posições ideológicas, visto que as mesmas estão em constante processo de reconfiguração, existe uma grande área "cinzenta" na qual percepções e ações, que outrora eram facilmente classificadas como de esquerda e de direita, hoje encontram-se literalmente borradas. Dessa forma, não é raro vermos sujeitos políticos filiados a partidos tradicionalmente vinculados ao que chamamos de campo da esquerda defenderem políticas específicas ideologicamente ligadas à direita e vice-versa. Não estamos sugerindo que haja algum tipo de inversão radical em relação às posturas ideológicas, mas um fato que claramente temos percebido a partir do material analisado é que os limites entre posições à esquerda ou à direita guardam um importante grau de imprecisão. Nesse sentido, nossa pesquisa tem se alicerçado em duas hipóteses centrais, tais como passaremos a enunciar.

A primeira hipótese: *não podemos falar, a rigor, em partidos essencialmente de esquerda, de centro ou de direita; temos antes de buscar compreender o comportamento ideológico dos partidos desde as suas práticas políticas específicas.* Pensamos, assim, que é preciso partirmos de *unidades ideológicas menores* em vez de considerarmos - de forma homogênea e, por isso mesmo, equivocada -, as siglas partidárias como se essas fossem uniformemente coerentes. Nesse sentido, essas unidades ideológicas menores são ações ou documentos específicos de sujeitos políticos, tais como projetos de lei, medidas provisórias, políticas públicas, medidas governamentais em geral. É a partir da categorização ideológica das ações políticas efetivas que entendemos ser mais exato classificar os partidos políticos em suas atuações no campo político discursivo e não, por exemplo, a partir de estatutos e manifestos partidários (e.g. Tarouco e Madeira, 2013) ou ainda considerando questionários aplicados a parlamentares (USAL, 2005 e 2010; Kinzo, 2007). Tendo em vista estarmos buscando classificar partidos políticos e que pretendemos fazê-lo a partir de suas políticas específicas realizadas seja no âmbito do Executivo, seja no do Legislativo, temos de considerar um número substantivo dessas unidades menores para que possamos, com relativa margem de segurança, universalizarmos nossas conclusões tendo em vista um partido em um determinado contexto político contingente e precário. Não podemos, assim, tomar exemplos isolados, mas uma grande quantidade de medidas para cada sigla a ser classificada. Temos ainda de perceber que não seria nem um pouco estranho verificar variações ideológicas tendo em vista diferentes tipos de políticas específicas. Por exemplo, podemos chegar a conclusão que um partido político, a partir da análise dos projetos de lei de seus parlamentares ao longo de uma legislatura, apresentou uma classificação ideológica

variada. Assim, em termos econômicos, os projetos de lei desse partido foram classificados mais à direita e mais à esquerda sob o ponto de vista social. Uma conclusão realista, nesse sentido, seria classificar o partido político de duas formas diferentes, considerando os PLs efetivamente analisados. Portanto, a metodologia que estamos propondo exige uma análise qualitativa de um conjunto significativo de unidades menores de análise a partir do qual poderemos estabelecer comportamentos discursivos e ideológicos gerais.

Nossa segunda hipótese, que será desenvolvida em texto posterior, *refere-se à consideração do centro político como fundamental à compreensão dos políticos que jogam o jogo democrático*. O centro é uma "área cinzenta" que indica a tendência dos partidos políticos em geral à *manutenção do sistema político* (MASP) hegemônico, neste caso, a democracia representativa de tipo parlamentar. Não é nada novo afirmar que os partidos políticos que têm possibilidade de atuar centralmente no sistema tendem ao centro. Considerar tal ideia do ponto de vista da ideologia, envolve pensar o centro ou, segundo nossa classificação, a *manutenção do sistema político* hegemônico, como um elemento decisivo para qualquer classificação ideológica. Afirmer isso significa, mais uma vez, como já fizemos referência às categorias de esquerda e direita, considerar que a *manutenção do sistema político* hegemônico é uma posição político ideológica que os próprios sujeitos consideram como presente em suas práticas cotidianas.

3.1 A metodologia: categorias ideológicas e lógica do campo político

Nossa metodologia prevê dois momentos principais para alcançarmos com êxito a classificação ideológica dos partidos políticos. O primeiro momento diz respeito ao conhecimento do enquadramento ideológico de cada política específica a partir da lógica do próprio campo político. Dito de outra forma: a caracterização de esquerda e direita tem de ser realizada pelos próprios deputados e não deve partir de um *a priori* constituído exteriormente. Nesse sentido, os pronunciamentos dos parlamentares são cruciais para realizarmos esse enquadramento. No entanto, o mero enquadramento não nos dá o comportamento ideológico; esse só pode ser encontrado a partir da prática política. É por essa razão que o segundo momento da nossa análise reside na confrontação dos sentidos ideológicos atribuídos pelos parlamentares com as suas ações específicas, tais como projetos de lei, medidas provisórias, propostas de emenda constitucional, políticas públicas, entre outras. No caso específico da construção de nossa metodologia, estamos analisando projetos de lei protocolados por deputados federais e medidas provisórias editadas pelo governo Lula². Passemos

² Tais projetos de lei e medidas provisórias resultam de três pesquisas paralelas e integradas a esta metodologia que estão sendo desenvolvidas, a saber: i) os projetos de lei das matérias econômica e social dos parlamentares do PT durante o primeiro mandato do governo Lula; ii) os projetos de lei vinculados à área social dos parlamentares do PSDB durante o primeiro mandato do governo Lula; iii) as medidas provisórias editadas no primeiro mandato do governo Lula.

imediatamente ao nosso primeiro momento de classificação: os pronunciamentos dos deputados federais.

A partir dos pronunciamentos dos deputados federais, recolhemos os sentidos ideológicos utilizados na metodologia aqui proposta. O processo de coleta das falas, sobre o qual trataremos mais adiante, centrou-se na tentativa de relacionar termos, os quais chamamos de “palavras detonadoras”³ que comumente são designados como ideológicos - tais como “esquerda”, “direita”, “capitalismo”, “socialismo” (a lista completa das palavras detonadoras está no Quadro 1) -, com políticas, ações ou comportamentos específicos. Por exemplo, nas falas dos parlamentares, é comum designar que “medidas de austeridade”, como ajustes fiscais, sejam significadas como de direita, assim como as falas que vinculam a intervenção do Estado para impulsionar o desenvolvimento econômico classificam tal intervenção no campo da esquerda.

Nosso objetivo com a coleta das falas, ressaltamos, não é classificar ideologicamente os partidos políticos a partir delas, mas buscar entender primeiramente como os sujeitos associam significantes genéricos, tais como “esquerda” e “direita” (entre outros que analisamos), com comportamentos específicos. Entendemos que simplesmente tomar as falas dos deputados e as relacionarmos com os seus respectivos partidos é insuficiente para captarmos a ideologia de forma precisa. Como dissemos acima, nossa concepção de ideologia rejeita a ideia de que essa seja uma categoria meramente mental, desprovida de toda e qualquer prática. Se, seguindo Althusser (1985), a ideologia é “eterna” e “material”, ela não pode ser captada apenas do ponto de vista retórico, visto que as ações dos sujeitos são plenamente dotadas de sentidos e, conseqüentemente, ideológicas. Ademais, classificarmos simplesmente os partidos somente a partir das falas dos seus parlamentares não nos permite entender com profundidade por que uma sigla - comumente associada ao campo da esquerda ou da direita - toma medidas contraditórias ao que se esperaria dela enquanto parte de uma classificação partidária clássica (e.g. Limongi e Figueiredo, 1995). Um exemplo muito marcante na história política recente foi o da reforma da Previdência realizada no primeiro ano do primeiro mandato de Lula, a qual foi claramente classificada pelo campo político como de “direita”, ainda que tenha sido proposta por um governo de “esquerda”. Não estamos sugerindo que o PT possa ser vinculado ao campo da direita simplesmente pela proposição dessa emenda constitucional; o que defendemos é que não há como captar, com a sutileza necessária, o comportamento ideológico específico e real dos partidos, tomando os pronunciamentos dos parlamentares como dados verdadeiros, homogêneos e finais acerca dos partidos aos quais eles estão filiados. Dito de forma muito mais simples: *se há uma*

³ “Palavras detonadoras” são termos gerais capazes de associar posições ideológicas com políticas específicas. Tais palavras têm simplesmente o objetivo de realizar essa associação, visto que são, tecnicamente falando, significantes cujos significados variam diacronicamente.

contradição patente entre a auto percepção ideológica dos sujeitos na tribuna e a prática política dos seus partidos, é necessário haver uma metodologia que avalie esta contradição.

Mesmo que os pronunciamentos dos deputados sejam insuficientes para classificar os seus respectivos partidos políticos pelas razões que acabamos de expor, entendemos, ainda assim, que eles são importantes indicadores para o início de uma investigação sobre o comportamento ideológico. Abaixo, demonstraremos mais amiúde a forma como coletamos e analisamos tais pronunciamentos; por hora, cumpre-nos argumentar sobre a importância desse material. Nesse sentido, essas falas foram coletadas no momento em que os deputados estavam literalmente no exercício de suas atividades. O debate no âmbito do legislativo é um momento crucial em que elementos que demarcam campos ideológicos aparecem a partir dos pronunciamentos dos parlamentares. A questão aqui não é simplesmente tomar a fala e atribuí-la, sem qualquer exame crítico, um caráter de desvelamento da ideologia. Não é, portanto, somente tendo por base o que um parlamentar disse sobre determinada matéria que teremos condições de atribuir, com relativo grau de segurança (e tal grau de segurança é sempre passível de disputas, visto que o campo ideológico é extremamente movediço) a sua vinculação ideológica ou a de seu partido tendo em vista uma política específica. Precisamos de um número expressivo de pronunciamentos que demarque como o campo político discursivo classifica retórica e ideologicamente uma política pública, um projeto de lei, uma medida provisória, um assunto que seja. Por exemplo, há pouco falamos sobre a reforma da Previdência ter sido classificada como à direita pelo campo. Podemos ter segurança em afirmar isso, visto que hegemonicamente, aferido por diversos pronunciamentos, foi esse o sentido atribuído à aludida reforma. Dessa forma, nossa intenção, nesta primeira parte, foi promover os cruzamentos possíveis entre as palavras detonadoras com políticas/ações específicas, a fim de termos uma noção de como o próprio campo discursivo as significa ideologicamente (tal como apresentamos no Quadro 2). Dessa maneira, estamos fazendo aos deputados a seguinte pergunta sem termos de diretamente questioná-los: *quais políticas específicas ou assuntos podem ser classificados (e de que forma) como sendo de esquerda ou de direita?*

A segunda ação metodológica visa justamente articular elementos simbólicos e materiais presentes na ideologia. Por elementos simbólicos, estamos nos referindo ao resultado da relação entre palavras detonadoras ideológicas e políticas ou assuntos específicos. Tendo em vista a nossa primeira hipótese de pesquisa, ou seja, de que não há essencialmente partidos de esquerda, de centro e de direita, mas políticas de esquerda, de centro e de direita às quais os partidos se vinculam, nossa tarefa é utilizar os sentidos aludidos e confrontá-los com o que estamos chamando de a "materialidade" presente na ideologia. No caso específico, optamos por analisar projetos de lei e medidas provisórias, mas, como já fizemos referência, outros documentos podem igualmente ser objeto de análise.

Consideramos, com essa escolha metodológica, que um estudo da ideologia dos partidos políticos será tanto mais refinado se conjugarmos dois fatores: i) a análise de unidades menores, como um projeto de lei, uma medida provisória ou outros documentos e; ii) que tal análise abranja um grande número de documentos para que possamos classificar, com maior grau de certeza, um partido político "no poder", como uma estrutura composta por dezenas ou centenas de projetos de lei em uma legislatura, por exemplo.

No entanto, antes de apresentarmos mais amíúde nossa metodologia de pesquisa, entendemos imprescindível revisitar, ainda que rapidamente, propostas anteriores de análise ideológica. Partimos da consagrada classificação ideológica de Limongi e Figueiredo (1995), na qual os autores agruparam da seguinte forma os partidos à época estudados: *Direita* - PDS, PFL e PTB; *Centro* - PMDB e PSDB; *Esquerda* - PDT e PT. Atualmente compreendemos como defasada a classificação clássica dos partidos políticos no Brasil, ainda mais considerando que a totalidade de partidos políticos em atividade no país cresceu substancialmente desde então. Um dos principais motivos da defasagem dessa classificação é que o cenário político-ideológico partidário brasileiro alterou-se estruturalmente, sobretudo desde o princípio da experiência do PT na Presidência da República em 2003. Tal questão fica clara em discussões que surgiram, por exemplo, acerca das coligações formadas em todo o Brasil, para diferentes níveis de disputa, sendo que nessas figuram partidos considerados de direita ao lado de partidos tidos como de esquerda. Esse comportamento dificulta a definição de ideologias partidárias, a exemplo do que nos diz Kinzo (2004) e Carreirão (2006).

Além disso, percebe-se uma injustificada ausência de discussão sobre ideologia nas diversas análises realizadas por cientistas sociais e políticos. Em diversos trabalhos (e.g. Braga, Veiga e Miriade, 2009; Melo, 2011; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Amaral, 2011; Braga e Pimentel Jr., 2011), a ideologia é tomada superficialmente e como algo dado, um conceito sacramentado e autodefinido. Os partidos são comumente tomados como unidades ideológicas homogêneas e coerentes, sendo simples e rapidamente alocadas na escala esquerda/centro/direita, sem se buscar uma compreensão de suas ações de forma mais exata.

3.2 O desenho metodológico

Cumpre-nos agora descrever nosso percurso metodológico, dividido em cinco etapas principais, a saber: i) escolha das palavras detonadoras ideológicas; ii) busca dos "sentidos aplicados" de cada uma das palavras detonadoras no Banco de Discursos da Câmara dos Deputados; iii) busca dos "sentidos aplicados" de cada uma das palavras detonadoras em PLs e MPs; iv) elaboração de glossário temático a partir dos resultados obtidos em ii e iii; v) análise *stricto sensu* dos documentos e conclusões quantitativas e qualitativas.

3.2.1) *Escolha das palavras detonadoras ideológicas.* Uma das ideias mais importantes presentes nesta metodologia é a de que ela tem de ser capaz de "captar" os sentidos ideológicos produzidos pelo próprio campo analisado. Nesse sentido, não presumimos qualquer posição como de esquerda ou de direita: chegaremos a elas a partir dos pronunciamentos dos próprios deputados federais no exercício de suas funções legislativas. Não vemos necessidade, tampouco vantagem, em questionarmos diretamente os parlamentares acerca de suas preferências ideológicas, já que sua função no parlamento já nos permite conhecê-las sem a intermediação de um pesquisador. O meio mais simples, imediato e eficaz para alcançar esse objetivo é partirmos das palavras detonadoras ideológicas amplamente aceitas e utilizadas no mundo político para extrairmos "sentidos aplicados" para cada uma delas. Por "sentidos aplicados", entendemos a relação possível de ser estabelecida entre as palavras detonadoras ideológicas e contextos específicos. Por exemplo: é possível extrair das falas dos deputados sentidos específicos acerca de medidas econômicas consideradas como de esquerda e como de direita. Assim, as palavras detonadoras ideológicas cumprem a função de iniciar nossa busca pelos sentidos ideológicos aplicados, estes últimos fundamentais para, num momento adiante de nossa metodologia, sermos capazes de classificarmos ideologicamente políticas, projetos de lei, medidas provisórias, entre outros documentos possíveis. O Quadro 1 apresenta as palavras detonadoras usadas.

3.2.2) *Busca dos "sentidos aplicados" no Banco de Discursos da Câmara dos Deputados.* Escolhidas as palavras detonadoras ideológicas, o próximo passo consistiu na busca da referida aplicação para as mesmas. Realizamos esta pesquisa no *Banco de Discursos* de responsabilidade do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados⁴. Com isso, e também por que queremos compreender o comportamento ideológico desde o início da experiência do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República, acessamos os pronunciamentos entre 2003 e 2014 (as buscas compreendem o período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2014). Dessa forma, inserimos cada palavra detonadora ideológica no campo "Assunto" (não tendo sido realizada a busca dos termos no corpo dos discursos). Essa decisão foi tomada uma vez que, caso a procura fosse realizada no corpo dos discursos (neste caso, na plataforma, a palavra detonadora teria sido inserida em "Texto Integral") o número de arquivos a ser analisado aumentaria exponencialmente a ponto de tornar a pesquisa praticamente inviável⁵. Foram consideradas todas as falas em que figurasse a palavra detonadora no "Sumário",

⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas/pesquisa/pesquisa-basica>.

⁵ Por exemplo, a palavra detonadora de maior frequência nos Sumários foi "Democracia", totalizando 1.304 arquivos. Se a busca fosse realizada no corpo dos documentos, a quantidade de arquivos a serem analisados apenas para essa palavra detonadora passaria para 17.775.

independentemente da seção do Diário (ordem do dia, pequeno expediente, grande expediente, breves comunicações, comunicações parlamentares).

Com o número total de arquivos encontrados, organizamos o trabalho de forma a: 1º) buscar os pronunciamentos integrais a partir da ocorrência das palavras detonadoras ideológicas nos "Sumários"; 2º) destacar os trechos dos pronunciamentos em que fosse possível perceber os "sentidos aplicados" para cada palavra detonadora. A sistematização dos pronunciamentos seguiu em uma planilha do programa Excel onde constam: Nome do Parlamentar, Partido, Estado, Data (da manifestação), Página, Trecho (selecionado) do pronunciamento, Palavra Detonadora Ideológica.

A pesquisa dos trechos dos pronunciamentos resultou em uma quantidade de dados bastante expressiva. Os trechos selecionados abordam, de forma muito diversa, as ideias apontadas pelas palavras detonadoras. No Quadro 1 abaixo, segue o total de arquivos pesquisados a partir das palavras detonadoras, assim como o número de trechos selecionados:

Quadro 1. Palavras detonadoras: arquivos e trechos selecionados de 2003 a 2014 (n)

Palavra Detonadora	Arquivos	Trechos selecionados
Capitalismo	83	24
Capitalista	21	10
Comunismo	27	12
Comunista	214	24
Conservador	18	11
Democracia	1.304	869
Direita	38	10
Esquerda	198	116
Fascista	04	04
Ideologia	184	79
Liberal	252	10
Neoliberal	69	28
Progressista	164	13
Socialismo	134	35
Socialista	216	29
Total	2.926	1.274

Como resultado desta primeira avaliação, percebemos que as palavras detonadoras remetiam a outras palavras, relevantes e reveladoras de sentidos para campo político. A decisão seguinte, portanto, foi buscar os significantes e significados das palavras detonadoras nos trechos dos pronunciamentos anteriormente já selecionados. Para a organização desses dados adicionais na planilha onde já se encontravam os dados iniciais sobre os pronunciamentos selecionados, foram inseridas mais duas colunas – "Significante" e

"Significado", nesta ordem. E, para cada novo(s) significante(s) encontrado(s) no trecho destacado do pronunciamento, novas colunas constando "Significante" e "Significado" foram inseridas na planilha. Nesse sentido, algumas palavras detonadoras suscitaram até oito significantes em um mesmo trecho de pronunciamento, os quais, por serem pertinentes, foram utilizados para diferentes palavras detonadoras.

Tendo em vista os assuntos discutidos pelos parlamentares, foi realizada a divisão temática em três grandes áreas: Economia, Estado e Social. A primeira área diz respeito aos assuntos macro e micro econômicos. A segunda refere-se basicamente aos temas relacionados com a administração pública e com a política internacional. A área Social, por fim, engloba assuntos diversos não abrangidos pelas duas primeiras áreas, mais específicas. Com essa grande divisão pudemos ler os sentidos ideológicos nas falas dos parlamentares, encontrando os "sentidos aplicados" às palavras detonadoras.

3.2.3) *Busca dos "sentidos aplicados" em PLs e MPs.* A partir de uma leitura exploratória dos trechos destacados conforme o Quadro 1, percebemos que a estratégia de buscar aplicações específicas às palavras detonadoras ideológicas carecia de elementos mais fortemente sustentáveis, visto que nem sempre foi possível encontrar relações entre termos tão amplos como "direita", "esquerda", "liberal" etc. com ações do dia a dia da política. Percebemos, então, que seria frutífero à pesquisa buscar também, em documentos, elementos que mostrassem sentidos ideológicos específicos atribuídos pelos parlamentares e que, de certa forma, já se encontravam em nosso material coletado (nos pronunciamentos). Buscamos, assim, a relação entre palavras detonadoras e sentidos ideológicos específicos em projetos de lei e medidas provisórias. Desta maneira, esta fase da pesquisa foi construída a partir de onde, a princípio, queríamos ter chegado (sentido material do discurso). A partir dos PLs e MPs, coletamos uma série de assuntos, reveladores dos pronunciamentos (e da ideologia) dos deputados. Tais assuntos, a exemplo do que foi dito acima, foram classificados nas três grandes áreas já citadas.

Nesse sentido, Economia, Estado e Social receberam subdivisões, conforme o Quadro 2 a seguir. Essas subdivisões foram incorporadas na segunda leitura do material coletado (MPs e PLs), com o auxílio do software NVivo. Tal leitura nos permitiu encontrar os "sentidos aplicados" às palavras detonadoras contidas nos trechos destacados. Como dito anteriormente, cada "aplicação" significa a associação entre um termo ideológico abstrato (e.g. esquerda) e uma política específica (e.g. política externa), dentro das três grandes categorias percebidas nas falas dos deputados. Podemos dizer que, a partir dos sentidos materiais, conseguimos compreender os sentidos ideológicos, simbólicos que constam no glossário.

3.2.4) *Elaboração do glossário temático.* As referidas aplicações converteram-se em subcategorias, tendo sido possível classificá-las a partir do seguinte gradiente ideológico

(disposto da extrema esquerda à extrema direita): *Esquerda Conservadora - Esquerda Liberal - Direita Liberal - Direita Conservadora*.

Não há, nesse momento, espaço para uma discussão mais amíúde sobre o gradiente acima, a qual será realizada em texto específico. Restringiremo-nos, por ora, a uma breve explicação sobre cada uma dessas categorias de classificação ideológica. Primeiramente, considerando nossa intenção de conhecer os sentidos ideológicos do campo a partir dele mesmo, percebemos que a diferença capital entre esquerda e direita dá-se tendo em vista principalmente as diferentes concepções econômicas enunciadas por ambos os polos. A partir dessa diferenciação, é possível perceber reflexos em outras áreas, neste caso, Estado e Social. Assim, a distinção econômica central não está relacionada à aceitação (pela direita) ou à não aceitação (pela esquerda) da economia de mercado capitalista: ambas, "esquerda liberal" e "direita liberal" partem desse pressuposto, ainda que desde diferentes topos. Para a direita, como seria presumível, o mercado deve ser livre de qualquer intervenção estatal no sentido do *laissez-faire* neoliberal; já para a esquerda, o mercado deve ser regulado pelo Estado, além de ter o compromisso com o desenvolvimento social e a distribuição de renda. Os polos extremos, ou seja, "esquerda conservadora" e "direita conservadora" refletem posições dissonantes do *mainstream* liberal democrático representativo. O polo conservador de esquerda fundamentalmente direciona-se a uma posição ideológica marcada pelo anti capitalismo, pela estatização dos meios de produção, ou seja, remonta às experiências do socialismo real antes da queda do Muro de Berlim. Já o polo conservador de direita remete-se a posições ideológicas racistas, sexistas, anti democráticas, entre outras.

Quadro 2. Glossário temático

ECONOMIA			
Desenvolvimento econômico			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Comunismo: abolição da propriedade privada, meios de produção acessível a todos, não há lucro, não há exploração entre os seres humanos. - Superação do capitalismo a partir do socialismo. - Anticapitalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economia deve estar voltada para políticas de inclusão e afirmação social. - Intervenção do Estado em defesa da economia nacional. - Estado de bem-estar social. - Humanização do capitalismo: economia de mercado, mas com equalização de riquezas e de oportunidades. - Regulação do capital financeiro. - Lógica social que não seja governada pelo capital. - Aumento do salário mínimo acima da inflação (dívida social). - Estado como indutor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais. - Desenvolvimento econômico com distribuição da riqueza. - Soberania nacional (Estado e das indústrias) em termos econômicos. - Estado como indutor de políticas públicas e do crescimento econômico. - Redução dos juros e do superávit primário para garantir mais recursos para investimentos para gerar empregos. - Investimentos públicos em infraestrutura. - Os trabalhadores não podem pagar pela crise do capitalismo, do mercado sem regulação. - Inclusão de brasileiros no mercado consumidor de massa/inclusão econômica. - Contra FMI e ALCA. - Economia ecologicamente e ambientalmente sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do capitalismo (sistema de mercado, economia de mercado). - Defesa da posição dos donos dos meios de produção. - Defesa do empreendedorismo com redução da carga tributária. - Capitalismo recompensa o trabalho, a engenhosidade, criatividade. - Defesa do capital financeiro. - Livre empreendedorismo e contra a intervenção estatal na economia (não contando períodos de crises, nas quais é requerida a intervenção do Estado). - Defesa da modernização tecnológica e gerencial das empresas e do Estado para aumentar a competitividade. - Defesa das privatizações para tornar empresas mais dinâmicas e competitivas. - Parceria público/privada para modernizar a infraestrutura do país (portos, estradas, energia etc.). - Estímulo à competitividade. - Modernização da legislação do trabalho (flexibilização das relações de trabalho). - Defesa da livre circulação de capitais e de mercadorias entre os países. - Defesa do neoliberalismo/capitalismo. - Ideologia do consumo contínuo como sentido da vida. - Responsabilidade do Estado para com o mercado. - Ajuste/responsabilidade fiscal do Estado com a consequente promoção de reformas (previdenciária, trabalhista). - Limitação de gastos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

		<ul style="list-style-type: none"> - Estado em dia com juros das dívidas externa e interna. - Elevação das taxas de juros e redução do tamanho do Estado. - Risco Brasil: medição da possibilidade de investimento lucrativo e seguro no país. 	
Desenvolvimento Regional			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento que integre a região com o nacional e que inclua políticas públicas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social. - Desenvolvimento regional a partir da intervenção do Estado com políticas específicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo gerou a ocupação do território da Amazônia. - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. - Desenvolvimento regional no sentido de integração do local ao país e ao mundo. 	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Desenvolvimento Sustentável			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento sustentável no sentido de desenvolvimento econômico, mas com distribuição de renda, emprego, inclusão social. - Estímulo ao desenvolvimento de energias alternativas, limpas, baratas e ecologicamente sustentável Políticas públicas do Estado no sentido de desenvolvimento de energias alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. 	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Incentivo fiscal			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, contrária ao incentivo fiscal às empresas, salvo se houver contrapartida social. - Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao empreendedorismo. - Redução da carga tributária. - Redução da intervenção do Estado na economia. - Concessão de recursos públicos à iniciativa privada. 	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Tributação (Impostos)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao empreendedorismo com redução da carga tributária. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos. 	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
ESTADO			
Política Externa			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Rompimento com imperialismo (dos Estados Unidos), com o Fundo Monetário Internacional, com a ALCA. - Construção de laços de solidariedade com outros países, particularmente na América Latina, com Cuba, Venezuela (chavista) e Argentina (kirchnerismo). - Pelo não pagamento da dívida externa e pela estelização do sistema financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à Venezuela Chavista. - Contra o alinhamento aos Estados Unidos. - Fortalecimento do Mercosul. - Defesa do PARLASUL do Mercosul. - Pela afirmação dos direitos dos povos da América Latina. - Defesa da permanência da Venezuela no Mercosul. - Desenvolvimento econômico dos países do Mercosul aliado à garantia de empregos e distribuição de renda. - Multilateralismo das relações econômicas e políticas. - Enfrentamento dos problemas ambientais. - Política externa soberana (o que significa não adesão às relações com Estados Unidos de qualquer forma). - Intercâmbios e convênios de cooperação com os países de língua portuguesa. - Defesa da identidade latino-americana. - Contra neoliberalismo, ajuste fiscal e Estado mínimo. - Contra a ALCA. - Defesa da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), pelo fortalecimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). - Defesa da autonomia da América do Sul em relação aos Estados Unidos. - Defesa do internacionalismo e dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa das relações comerciais com os Estados Unidos. - Contra o bolivarianismo da Venezuela de Hugo Chávez. - Defesa da ALCA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra o bolivarianismo da Venezuela de Hugo Chávez. - Defesa da soberania nacional, contra o comunismo internacional.
Privatizações			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Estado como principal agente de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. - Contra a privatização do patrimônio público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado como principal agente de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. - Contra a privatização do patrimônio público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gera competitividade às antigas empresas estatais. - Defesa das PPP (Parcerias Público Privada). 	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

- Estatização do sistema financeiro.		- Defesa da redução do Estado e da sua intervenção na economia. - Privatização como ideia neoliberal de "Estado mínimo". - Defesa das concessões do patrimônio público para a administração do setor privado.	
Reformas (trabalhista, previdenciária, ...)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade, assegure a existência de partidos consistentes, com a ampla representação social, e iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública do País. - Defesa da reforma agrária. - Contra a reforma da previdência (de FHC e de Lula). - Reformas urbana e agrária.	- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade, assegure a existência de partidos consistentes, com a ampla representação social, e iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública do País. - Defesa da reforma agrária. - Contra a reforma da previdência (de FHC e de Lula). - Reformas urbana e agrária.	- Reforma para modernizar a legislação trabalhista. - Flexibilização das relações de trabalho. - Legislação trabalhista atual estimula o conflito, sendo responsável pela maior indústria de ações trabalhistas do mundo. - Defesa da reforma da Previdência. - Reforma para desonerar a folha de pagamento das empresas, para incentivar a iniciativa privada a abrir novas vagas de trabalho. - Reformas econômicas e da administração pública para diminuir a intervenção do Estado.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
SOCIAL			
Armamento			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a violência no país.	- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a violência no país.	- Defesa pessoal e do patrimônio.	- Defesa pessoal e do patrimônio.
Cidadania			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no sentido de soberania popular). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais.	- Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no duplo sentido: soberania popular e Estado democrático de direito). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais.	- Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).	- Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).
Direitos de minorias (indígenas)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Integrar indígenas à cultura branca, já que são brasileiros.
Direitos de minorias (infância e juventude)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal.	- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal.	- Defesa da redução da maioridade penal.	- Contrária ao aborto para meninas menores de idade. - Defesa da redução da maioridade penal.
Direitos de minorias (LGBT)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contrária às políticas LGBT. - Contra o casamento de pessoas do mesmo sexo.
Direitos de minorias (mulheres)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contra a emancipação das mulheres. - Contra o aborto.
Direitos de minorias (relações raciais)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma "suposta inferioridade biológica". - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo.	- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma "suposta inferioridade biológica". - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Defesa de práticas racistas.

- Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.	- Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.		
Dívida social (inclusão social)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Instituição de políticas públicas sociais. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e agrária.	- Instituição de políticas públicas sociais. - Regulação do sistema capitalista pelo Estado. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Inclusão social pelo consumo. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva. - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e agrária.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Educação			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas.	- Financiamento de estudantes pobres no ensino superior privado. - Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas.	- Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Ensino clássico (tradicional) para o país subir nos rankings escolares. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.	- Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.
Meio Ambiente			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Previdência			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI.	- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Relações Agrárias			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Contra o latifúndio e a concentração de terras.	- Contra o latifúndio e a concentração de terras.	- Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.	- Contra a invasão de terras.

- Defesa do MST. - Defesa da ocupação de terras. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra.	- Defesa do MST. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra.		- Contra as ações do MST.
Relações de Trabalho			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos.	- Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. - Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos.	- Modernização da legislação trabalhista. Legislação trabalhista anacrônica nos dias atuais. - Flexibilização das relações de trabalho. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Financiamento de campanhas eleitorais			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares	- Contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento público de campanha eleitorais.	- Contra o financiamento público de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento privado de campanha eleitorais.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

3.2.5) *Análise stricto sensu dos documentos e conclusões quantitativas e qualitativas.*

Apresentado o Quadro 2, cabe-nos, neste momento, explicar nossa proposta de análise ideológica. Retomemos a ideia que este método está fundado na noção de discurso como prática (Laclau e Mouffe, 1985), o que nos remete à necessidade de irmos além do que foi enunciado pelos parlamentares nas diversas sessões de onde suas falas foram extraídas, analisadas e classificadas nos quadros acima. Tendo em vista isso, cabe-nos, portanto, analisar o conjunto das práticas dos sujeitos do campo, classificando-o a partir do glossário temático.

Primeiramente, cabe lembrar que esta metodologia não visa analisar a "ideologia dos indivíduos", visto que, conforme a abordagem teórica que informa este estudo, o fenômeno discursivo ideológico é sempre estrutural. Portanto, nossa intenção é analisar grandes corpos documentais (ou discursivos) - com base, como dissemos, nos sentidos ideológicos aplicados presentes no glossário -, por exemplo, de uma sigla partidária ao longo de anos ou legislaturas ou, ainda, de um governo específico. Isso significa, em outras palavras, que classificaremos as "ações" dos partidos no legislativo ou no governo com base na maneira como o próprio campo político tem significado ideologicamente tais ações.

A escolha de um grande *corpus* discursivo deve-se ao fato de que uma quantidade relevante de documentos - tais, como, por exemplo, todos os projetos de lei protocolados por parlamentos de determinado partido em um período específico ou as medidas provisórias de um governo - classificados um a um a partir dos sentidos ideológicos do campo, é capaz de demonstrar com precisão o gradiente ideológico presente nas ações do partido/governo analisado. Outra vantagem metodológica da escolha de um *corpus* compreensivo da uma experiência partidária é a de evitar que desvios ou vieses de políticas específicas possam impactar sobremaneira a classificação ideológica que se pretende realizar.

Além disso, nossa metodologia tem o objetivo de mensurar um "gradiente ideológico" e não um comportamento ideológico unívoco, visto que qualquer classificação que homogenize comportamentos ideológicos é, além de essencialista, irreal. Partidos e governos tomam medidas à direita e à esquerda o tempo todo e é essa sutileza analítica que tem faltado nas classificações partidárias até então. Contrariamente, nossa proposta, classificando política por política, é capaz de captar, de forma mais exata, o gradiente ideológico presente na estrutura em questão. É por essa razão que acima enunciamos a hipótese que afirma que não podemos classificar ideologicamente partidos como entidades homogêneas, mas ações específicas. É a partir da análise do conjunto dessas ações que poderemos afirmar o quanto um partido está mais à esquerda ou à direita dependendo da área investigada num dado período. Nesse sentido, é perfeitamente possível que um partido esteja mais à esquerda no que diz respeito ao campo social e mais à direita no tocante às medidas econômicas.

Feitas essas observações, cumpre-nos explicar mais amiúde a análise *stricto sensu* dos documentos a serem analisados pelo pesquisador que utilizar nossa metodologia. Assim, a classificação, como já fizemos referência, consiste, primeiramente, na análise do conteúdo das políticas específicas a partir dos sentidos ideológicos aplicados presentes no glossário temático. Tais "políticas" podem ser projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, medidas provisórias, políticas públicas, entre outras de parlamentares ou de governos. Vejamos, assim, os passos necessários.

Primeiramente, é necessário, tendo em vista o objeto da análise, separar os documentos a partir das três áreas principais: Economia, Estado e Social. Tal medida é fundamental, não somente para organizar a análise, mas também porque o gradiente ideológico provavelmente sofrerá variações classificatórias de acordo com a área.

O segundo e mais demorado passo consiste na leitura de cada material separado por área. Sugerimos que tal leitura ocorra pela ordem cronológica dos documentos, para que o pesquisador possa acompanhar diacronicamente os tipos de políticas, as prioridades partidárias ou do governo ao longo do período estudado. Essa medida será fundamental para uma classificação mais abrangente e qualitativa, como veremos daqui a pouco. Para cada documento, deve ser produzida uma ficha de análise para a qual sugerimos os seguintes itens (no caso de uma análise, por exemplo, de projetos de lei): a) nome do parlamentar; b) partido e estado da federação; c) data do documento; d) área (Economia, Estado, Social ou outra) e) assunto principal; f) assuntos específicos/acessórios; g) sentidos ideológicos do glossário temático presentes; h) trechos do documento que exemplificam os sentidos ideológicos identificados.

Uma questão fundamental deve ser agora explicitada. Em momentos distintos neste texto, temos insistido no caráter material do discurso e da ideologia, esta última exercendo a função de ser o cimento simbólico/imaginário do primeiro. É justamente dessa maneira que

nossa metodologia propõe a análise dos documentos: como materialidades e não como meros textos. Vejamos, por exemplo, uma proposta de emenda constitucional encaminhada pelo Poder Executivo. Se aprovada, esta medida impactará a vida de todos os cidadãos. Da mesma forma, isso ocorrerá com um projeto de lei, uma medida provisória, uma política pública. Não podemos simplesmente tratar os textos legais como meras peças retóricas, visto que os mesmos têm reflexos diretos na vida da população. São, neste sentido, discursos, ou seja, fatos materiais simbolizados e ideológicos.

Tendo esta questão em vista, passaremos ao terceiro e último passo da proposta metodológica. Este consiste em analisar todos os documentos em conjunto para que, enfim, se possa identificar o discurso e a ideologia partidária. Neste ponto, a observação que fizemos acima vem à tona. Ler e identificar os elementos ideológicos na sequência em que os documentos são publicados nos permite identificar primeiramente as políticas que são priorizadas pelo partido analisado. Além disso, é igualmente possível estabelecer um gradiente entre as posições ideológicas assumidas. Dito de outra forma: para cada área, pode-se classificar percentualmente o total de documentos entre as quatro posturas ideológicas que identificamos entre os parlamentares: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora. Notemos, no entanto, que os extremos do gradiente ideológico são praticamente inexistentes em documentos oficiais, pelo menos dos partidos políticos entendidos como centrais no cenário político brasileiro. Mesmo durante a fase da coleta de sentidos ideológicos aplicados nos pronunciamentos dos parlamentares, notamos um pequeno número de sentidos ideológicos direcionados aos extremos do gradiente, o que denota a força centrípeta hegemônica de uma democracia representativa liberal.

É, portanto, nesta terceira fase, que teremos as condições de termos claro os elementos quantitativos e qualitativos em conjunto. Em termos quantitativos, teremos condições de enumerar: i) quantidade de documentos analisados; ii) quantidade de documentos analisados em cada área escolhida (por exemplo: Economia, Estado e Social); iii) quantidade de documentos em cada subárea de cada área; iv) quantidade de documentos em cada subárea classificados no gradiente ideológico.

Já em termos qualitativos, teremos a oportunidade de fazer a análise mais geral do discurso partidário nos períodos de tempo e espaço escolhidos. A partir dos dados quantitativos produzidos, poderemos perceber: as prioridades políticas do partido e a posição prioritária no gradiente ideológico, dados que têm de ser analisados hermeneuticamente, pois, a partir deles, teremos condições de precisar o discurso do partido, ou seja, a forma como a sigla significa o mundo e quais são os elementos ideológicos que cimentam esse mundo significado.

4 Considerações

Neste texto, apresentamos as linhas gerais de uma metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Partimos de considerações teóricas acerca de discurso e ideologia, noções centrais para o desenvolvimento metodológico subsequente. Após, apresentamos os cinco passos tomados para a construção da metodologia, tendo em vista que a análise deve se pautar do estudo de materialidades de políticas específicas para que, vistas em conjunto, possam apresentar, de forma refinada, as variações ideológicas partidárias em um contexto democrático liberal.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, jun. 2011 .
- _____. Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008. *RBCP*, Brasília, n. 4, p. 105-134, jul.-dez. 2010.
- BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL Jr., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.
- _____; VEIGA, L. F.; MIRIADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *RBCS*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 123-142, jun. 2009.
- CARREIRÃO, Y. de S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr.-maio 2006.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- KINZO, M. D. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D'Alva; BRAGA, M. S. (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *RBCS*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004.
- LACLAU, E. *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- _____. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.
- _____. *Misticismo, Retórica y Política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- _____; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Volume I. Editorial Portugal/Brasil, Presença/Livraria Martins Fontes, s/d.
- MELO, C. R. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *RBCS*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 57-71, fev. 2011.

METTENHEIM, K. von. A presidência e a separação dos poderes no Brasil (1999-2002). *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 237-268, nov. 2003.

PAIVA, D. A estrela viaja ao centro: Moderação e profissionalização das campanhas no PT. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 16, v. 2, p. 72-97, jul.-dez. 2008.

_____; BRAGA, M. do S.; PIMENTEL Jr., J. T. P. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 388-408, nov. 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, 2013, p. 149-165.

USAL. Universidad de Salamanca. Observatorio de Élités Parlamentarias en America Latina. *Élités Parlamentarias Iberoamericanas. Encuesta a diputados brasileños, 2003-2007*. Estudio n. 55: Brasil, jun.-dic. 2005.

_____. Observatorio de Élités Parlamentarias en America Latina. *Élités Parlamentarias Iberoamericanas. Encuesta a diputados brasileños, 2007-2011*. Estudio n. 75: Brasil, abr.-jun. 2010.

ŽIŽEK, S. *El sublime objeto de la ideología*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005.

_____. Introdução. O espectro da ideologia. In: _____. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.